

MARIAS DO BRASIL EM JACAREZINHO: ATUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DO NUMAPE/UENP PARA CONSCIENTIZAÇÃO FEMINISTA

Direitos Humanos e Justiça

Coordenador da atividade: Fernando de Brito ALVES¹

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

Autoras: Brunna Rabelo SANTIAGO²; Vitória Sumaya Yoshizawa TAUIL³.

Resumo

O presente trabalho discorre sobre a atuação multidisciplinar do Núcleo Maria da Penha, projeto de extensão vinculado ao curso de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, no combate à violência doméstica no município de Jacarezinho/PR. Objetiva-se demonstrar, por meio da história de “Marias” que marcaram a luta feminista do Brasil, como ocorre a implementação de um projeto de extensão representativo do movimento feminista e da concretização dos direitos das mulheres em Jacarezinho/PR. Utilizou-se o método dedutivo, a partir de uma análise geral da história de cada uma das “Marias” escolhidas para uma análise específica da atuação multidisciplinar do NUMAPE em Jacarezinho. Conclui-se que a interação entre universidade e comunidade proporciona um importante instrumento na luta pela efetivação de uma sociedade justa, democrática e, conseqüentemente, feminista.

Palavra-chave: Universidade e Comunidade; Extensão feminista; Violência de gênero.

Introdução

O Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) representa um Projeto de Extensão de iniciativa do governo do Paraná. Atualmente o NUMAPE funciona em sete municípios do Estado e foi implementado em Jacarezinho no início do ano de 2018. Nesse contexto, o NUMAPE/UENP foi instituído no curso de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. A equipe multidisciplinar é formada, inicialmente, por duas advogadas, uma psicóloga e duas estagiárias de direito, por um coordenador e um professor orientador. Quanto à estrutura física do núcleo, são duas salas, sendo uma delas para todas os trâmites e

¹ Fernando de Brito Alves, servidor docente e coordenador do Projeto de Extensão Núcleo Maria da Penha (NUMAPE/UENP), Doutor em Sistema Constitucional de Garantias pela Instituição Toledo de Ensino – ITE / Bauru/SP.

² Brunna Rabelo Santiago, advogada e diretora do Escritório Modelo - Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Estadual do Norte do Paraná, Mestra em Ciência Jurídica pela UENP.

³ Vitória Sumaya Yoshizawa Tauil, aluna, bolsista estagiária do Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), aluna da graduação pelo curso de Direito da UENP.

diligências do núcleo. Já o outro espaço é uma sala própria para o acolhimento e psicoterapia, equipada para ser um ambiente acolhedor tanto para o atendimento dos adultos, quanto de crianças (com brinquedos e jogos).

O projeto disponibiliza, como uma extensão da universidade, ao município de Jacarezinho/PR e região, um suporte, jurídico e psicológico (inteiramente gratuito), para mulheres em situação de violência doméstica. Atualmente possui mais de 500 processos de conhecimento, no âmbito jurídico, e cerca de 23 a 30 atendimentos psicológicos por semana.

O NUMAPE é também um projeto de pesquisa, visto que todos os integrantes realizam pesquisas acadêmicas e científicas, como por exemplo: reflexões e estudos teóricos acerca do que é realizado na prática por meio do projeto – inclusive uma das bolsistas possui um projeto de pesquisa registrado voluntário nesta temática. Ademais, possui o viés de ensino, dado que por meio de ações preventivas e para a comunidade externa, realiza eventos diversos visando o enfrentamento do patriarcado, entre elas: conversas com os estudantes da cidade, capacitações para os professores, simpósios.

O presente trabalho tem como objetivo principal demonstrar a atuação NUMAPE/UENP e sua importância enquanto extensão da universidade para efetivar uma consciência feminista, por meio de uma atuação multidisciplinar. Para isso, tratará das “Marias” do Brasil com três diferentes temáticas para demonstrar a atuação multidisciplinar do projeto trazendo tais discussões ao contexto de Jacarezinho. São elas: Luta Feminista – trata-se da implantação do NUMAPE/UENP, a partir da história de Maria da Penha. Inserção Política Feminina, trata-se de Maria Bonita e Maria do Rosário, a partir da conscientização de uma necessidade de que as mulheres sejam inseridas na política. E por último, da escrita e do feminismo negro, veiculado pelo NUMAPE, por meio da história de Maria Firmina dos Reis.

Reside a justificativa da presente pesquisa no fato do trabalho realizado pelo Núcleo para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher ser essencial, realizando tal atitude por meio de três esferas: a jurídica, a psicológica e a preventiva. Desta forma, o trabalho aqui apresentado demonstra-se enquanto prevenção, visando, com atitudes práticas, a coibir o patriarcado e desta forma, colaborando para o fim da violência doméstica, que é compreendida como cultural e fruto social.

Metodologia

A elaboração deste texto construiu-se por meio do método dedutivo, através de pesquisa exploratória de fontes primárias, apoiada na pesquisa exploratória de fontes

bibliográficas que compreendem o assunto. Parte-se de uma análise geral da história de cada uma das “Marias” escolhidas para uma análise específica da atuação multidisciplinar do NUMAPE em Jacarezinho, com a finalidade de concretizar uma conscientização feminista, para que cada um desses ensinamentos feministas dessas mulheres se estenda a outras.

Quanto ao título utilizado para nomear este trabalho, vale ressaltar que as “Marias” utilizadas refere-se a cada uma das Marias que marcaram a história de luta feminista brasileira, mas mais do que isso, porque todos os dias uma mulher diferente toma atitudes que marcam a história no Brasil. As “Marias” ora utilizadas estão também em Jacarezinho, com nomes e realidades diversificadas assim como os feminismos. Em cada uma das histórias das Marias que serão aqui contadas, têm-se muitas outras Marias em Jacarezinho que o NUMAPE/UENP, por meio de uma atuação multidisciplinar, almeja torna-las parte dessa história, fazer com que cada uma conte sua própria história para efetivar uma conscientização feminista.

Desenvolvimento e processos avaliativos

O próprio nome do projeto aqui explicitado já é autoexplicativo. O nome Núcleo Maria da Penha faz referência à atuação principal do projeto de extensão no combate à violência doméstica contra a mulher. “A lei 11.340/2006 foi criada, declaradamente, para dar um tratamento diferenciado à mulher que se encontre em situação de violência doméstica ou familiar. Por isso já surgiu com um nome, obviamente, de mulher: Maria da Penha”. (MONTENEGRO, 2016, p. 106). Essa Maria marcou o alcance pela busca e efetivação de direitos femininos no Brasil, ao publicar um relato de sua história no livro “Sobrevivi, posso contar” e, a partir disso, conseguiu apoio de órgãos internacionais para punir seu agressor e protegê-la do ciclo de violência em que estava inserida.

Não há dúvidas de que Maria da Penha não foi a única Maria a sofrer violência doméstica e não obter um apoio jurídico e social para enfrentar e sair desse ciclo opressor e violador de direitos humanos. Porém, elege-se sua luta como marco de uma nova fase legislativa e de aplicabilidade e construção de um Direito feminista. O mesmo ocorre a partir da implementação do NUMAPE/UENP, almeja-se a concretização da aplicabilidade de um Direito feminista e de um combate multidisciplinar e eficaz à violência doméstica contra mulher em Jacarezinho/PR e região.

Além do acompanhamento jurídico e psicológico às mulheres em situação de violência doméstica, o NUMAPE/UENP atua por meio de um viés social e de conscientização feminista e, conseqüentemente, política. O principal evento organizado

nesse sentido foi a Corrida “Mulheres na Política”, a qual contou com a participação de aproximadamente 300 (trezentas) pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Objetivou-se, a partir dessa iniciativa, fomentar o debate a respeito da participação política feminina no município (que possui apenas uma vereadora e uma vice-prefeita eleitas) e no Brasil.

Em relação ao contexto brasileiro, traz-se à pauta as manifestações de junho de 2013, oriundas da acumulação de conflitos de movimentos sociais, como os ambientais e indígenas, somados à aprovação da legislação para copa do mundo e culminado a partir do movimento “passe livre” contra o aumento de tarifas do transporte público. Nesse diapasão, ressalta-se a pesquisa de Leonardo Avritzer (2016), em que se publicou os seguintes percentuais comparativos de participação política feminina: entre as manifestações de junho de 2013 (50% mulheres); integrantes do Orçamento participativo em Porto Alegre de 1998 (51,4% mulheres) e participantes das Conferências nacionais de 2010 (51,2% mulheres) (AVRITZER, 2016, p. 68-69).

A pesquisa publicada por Leonardo Avritzer (2016) em sua obra “Impasses da democracia no Brasil” demonstra que o gênero feminino se envolve politicamente tanto quanto os homens, entretanto, não há representação desta minoria em cargos políticos. Em 2016, o quadro era de 51 deputadas federais (9, 94% do total) e 05 senadoras (13,58%). (SANTIAGO; SALIBA, 2016).

Para problematizar essa inserção política, foram escolhidas duas Marias: Maria do Rosário (deputada federal e professora) e Maria Bonita (integrante do movimento do cangaço). A primeira, além de ser importante figura representativa da inserção política parlamentar, também se destaca na luta pela efetivação de Direitos Humanos; enquanto a segunda, representa a luta política por direitos das minorias, externada por uma mulher que abdicou de um “casamento” para adentrar no movimento do cangaço (movimento de nômades nordestinos que lutavam contra a fome e desemprego que reinava no nordeste em meados do século XIX e início do século XX).

Destaca-se o sofrimento e o quanto é difícil para uma mulher essa inserção política em uma sociedade sexista. Maria do Rosário ouviu de outro parlamentar, Jair Bolsonaro, que “não merecia ser estuprada”. “Na ofensa e na ameaça dirigida a Maria do Rosário todas as outras mulheres mereceriam o ‘estupro’ caso se julgasse que fossem desejáveis”. (TIBURI, 2014). Maria Bonita enfrentou a realidade do cangaço para as mulheres. Estupros, espancamentos, torturas, mutilações e assassinatos brutais eram práticas sádicas comuns (CÂMARA; CÂMARA, 2015, p. 57).

No tocante ao último tópico a ser abordado para tratar acerca da Escrita e do Feminismo Negro, conta-se a história de Maria Firmina dos Reis, nascida em São Luís do Maranhão, em 1822, foi a primeira mulher negra que publicou um romance em toda a América Latina - *Úrsula*, de 1859, acerca da escravidão a partir do ponto de vista do escravo. Além disso publicou duas outras obras e marcou a imprensa local. (LITERAFRO, 2018).

A perspectiva de Maria Firmina, tem duas grandes contribuições suas para os feminismos – a escrita e o feminismo negro. Ao que concerne à escrita, a autora Perrot (2017, p. 198) ressalta que “a mulher é observada e descrita pelo homem”. Por isso, torna-se significativo que uma mulher negra publique um livro, isso porque demonstra que finalmente uma mulher está contando sua própria história, por meio de suas próprias falas e voz.

Além disso, Maria Firmina é uma mulher negra e essa primeira obra tratava da escravidão, da ótica da escrava. Quanto ao feminismo negro, cabe ressaltar que quando se trata de feminismo, não se faz no singular, visto que os feminismos são tão plurais quanto as mulheres, trazendo cada qual as suas lutas, necessidades e pautas ao movimento. Isso porque, dentro do Nó de Saffioti, deve-se considerar Gênero, classe e raça, sendo uma indissolúvel da outra e não influenciando apenas o gênero, mas também a raça e a classe. Desta forma, a luta das afrodescendentes é única, sendo que são seres abjetos sociais, para o patriarcado e o racismo. Para abordar tal assunto, visando à conscientização da população, o NUMAPE/UENP realizou duas grandes ações que abordam o feminismo negro: a primeira delas foi a propositura de um “Café Cultural”, realizado dentro de um mercado aberto a comunidade com um debate do feminismo negro e também a produção de um vídeo sobre a história de Dandara, contada pela Mestra Ana Paula Meda, além da produção de trabalhos acadêmicos neste contexto.

Considerações Finais

Uma perspectiva histórico-sociológica das Marias do Brasil constrói a presente atuação jurídico-social do Núcleo Maria da Penha na comunidade jacarezinhense. A luta feminista em nome da liberdade da mulher e efetivação de direitos, travada por Maria da Penha, Maria do Rosário, Maria Bonita e Maria Firmina continua sendo realizada por outras “Marias” e em nome de outras tantas “Marias”, diariamente no Brasil e, também, em Jacarezinho/PR.

O trabalho multidisciplinar do NUMAPE/UENP em combate à violência de gênero, analisado nesta pesquisa, demonstra a importância da união entre universidade (produção de conhecimento e formação de profissionais) e comunidade (toda população). O aprendizado

desenvolvido academicamente precisa transcender os muros das universidades e buscar uma concreta mudança social, por meio de projetos de pesquisa, ensino e extensão verdadeiramente comprometidos com a efetivação de uma sociedade justa e democrática.

Referências

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CÂMARA, Yls Rabelo; CÂMARA, Yzy Maria Rabelo. Maria Bonita e Dadá: uma breve releitura do cangaço por meio da presença determinante do elemento feminino. **Revista Entrelaces** – Ano IV – nº 05 – maio de 2015.

LITERAFRO, O portal da literatura Afro-Brasileira; Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. **Maria Firmina dos Reis**. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica**. Rio de Janeiro: Renavan, 2015.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros**. 7.ed. Rio de Janeiro | São Paulo, Paz & Terra. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTIAGO, Brunna Rabelo; SALIBA, Maurício Gonçalves. Bailarinas não fazem política? Análise da violência de gênero presente no processo de impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 21, n. 21, p. 91-105, dez. 2016. Edição especial.

TIBURI, Márcia. Violência verbal e estupro simbólico – Jair Bolsonaro, Particularidade, Universalidade e Performatividade do estupro. **Revista Cult**, 2014. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/violencia-verbal-e-estupro-simbolico-jair-bolsonaro-particularidade-universalidade-e-performatividade-do-estupro/>>. Acesso em: 10 mai 2019.